

RELATÓRIO MENSAL

ABRACEEL

SETEMBRO/2021



OVERVIEW

Em setembro, a Abraceel obteve 207 inserções na mídia, em veículos impressos e online. Entre os assuntos trabalhados pela equipe da Approach estão o que é o Mercado Livre de Energia, como o setor de comercialização pode ser mais seguro, a audiência na Câmara sobre o Mercado Livre e a proposta de alavancagem apresenta para a Aneel.

A equipe também elaborou um plano de ações para a associação, destacando encontro de relacionamentos com jornalistas e abordagens em outros meios de comunicação, como podcasts e influencers, além de branded content com a Agência Radioweb.

Em relação aos encontros de relacionamentos, em setembro. foram realizados cinco encontros com jornalistas do Diário do Nordeste, do Ceará, Jornal do Commércio, de Pernambuco, Jornal Correio, da Bahia, revista IstoÉ e o portal TC Mover.

Outros dois encontros de relacionamento foram agendados para este mês de outubro: jornal Correio Braziliense e O Globo. Esse alinhamento entre a Approach e a Abraceel vem resultando em matérias na mídia: o Diário do Nordeste repercutiu a importância do Mercado Livre de energia para o consumidor, ressaltando em uma conta que pode ficar até 30% mais barata.

A Approach pautou a Folha de São Paulo sobre a audiência na Câmara dos Deputados sobre o Mercado Livre e Reginaldo Medeiros concedeu entrevista para a coluna Painel. Na sequência, a Folha deu continuidade à cobertura dessa vez, para o online, informando que a modernização do sistema elétrico ainda sofre resistência no Congresso.

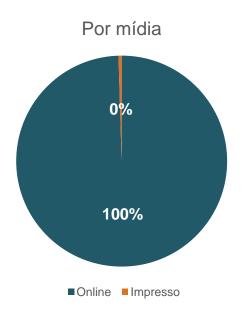
207 inserções R\$ 1.002.118,00*

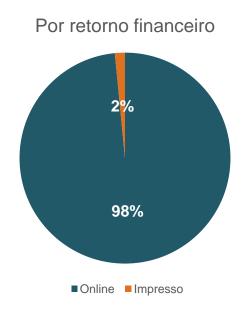
206 INSERÇÕES ONLINE

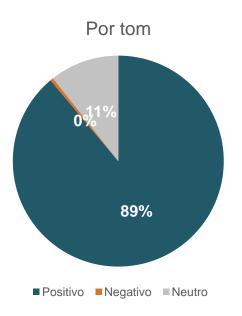
01 INSERÇÕES IMPRESSAS

^{**}Equivalência comercial aproximada

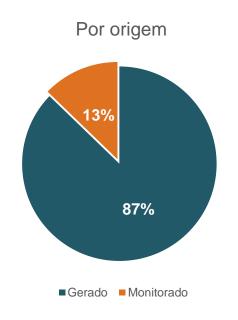
ANÁLISE DAS INSERÇÕES





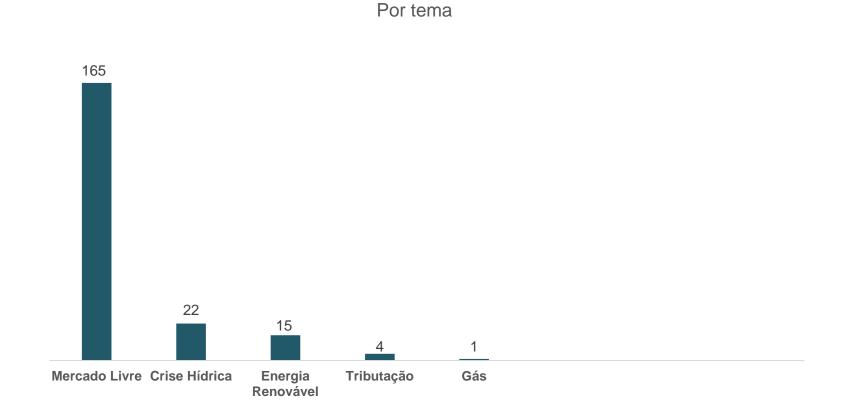


ANÁLISE DAS INSERÇÕES





ANÁLISE DAS INSERÇÕES



ATIVIDADES REALIZADAS

MATERIAIS PRODUZIDOS

TOTAL - 3

RELEASES - 2

- Câmara dos Deputados debate liberdade de escolha do consumidor de energia
- Para aprimorar a segurança no mercado de energia,
 Abraceel encaminha proposta para a Aneel

PLANO DE AÇÕES – 1

Elaboração do cronograma de ações para a divulgação da Abraceel entre os meses de setembro e outubro.

ATENDIMENTO AO CLIENTE



TOTAL - 5

REUNIÕES

- Alinhamento Approach e ABRACEEL (4 x)
- Reunião para apresentação de proposta e orçamento para o Branded Content.

AÇÕES COM A MÍDIA - Encontros de relacionamento

Veículo	Jornalista	Pauta	Status
IstoÉ	Vinicius Mendes		Realizado no dia 03/09
Diário do Nordeste	Samuel Quintela		Realizado no dia 10/09
Jornal Correio	Donaldson Gomes		Realizado no dia 21/09
Jornal do Commércio	Ângela Belfort	Encontro de relacionamento	Realizado no dia 22/09
TC Mover	Luciano Costa		Realizado no dia 29/09
Correio Braziliense	Vicente Nunes		Agendado para 06 de outubro
O Globo	Manoel Ventura		Agendado para 06 de outubro

AÇÕES COM A MÍDIA - Entrevistas

Veículo	Jornalista	Pauta	Status
Canal Energia	Mauricio Godoi	Como o segmento de comercialização pode ser mais seguro?	Publicada no online
TV Cultura	Eugênio Araújo	Repercussão sobre atos do presidente Jair Bolsonaro	Declinado pelo cliente em 08/09
Paranoá Energia	Mauricio Corrêa	A iniciativa da Abrace interfere nos negócios dos comercializadores?	Declinado pelo cliente em 10/09
Diário do Nordeste	Samuel Quintela	Mercado Livre de Energia	Publicada no online
Agência Radioweb	Renê Almeida	O aumento do preço do etanol	Declinado pelo cliente em 15/09
The Intercept	Nayara Felizardo	A falta de informações do sistema elétrico	Respondido pelo cliente
Folha de São Paulo	Andressa Motter	Audiência pública sobre o Mercado Livre	Reportagem veiculada no site e impresso

DESTAQUES

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO – 27/09

FOLHA DE S.PAULO

A Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), que vai participar da audiência, defende que o momento de preços altos é propício para a mudança. "No início do governo, o ministro Bento Albuquerque disse que a prioridade era abrir o mercado elétrico. Já se passaram mil dias e continuamos aguardando aqui", diz Reginaldo Medeiros, presidente da entidade.

Ele afirma que, se a medida tivesse sido tomada antes, a <u>dimensão da</u> <u>crise hídrica seria menor</u> porque a demanda teria reagido mais rapidamente.

Estão confirmadas as presenças de integrantes do Ministério de Minas e Energia e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), associações de consumidores e comercializadores de energia, além de entidade de defesa do consumidor.

com Mariana Grazini e Andressa Motter







E como funciona o mercado livre? Atualmente, segundo dados da Abraceel, existem 2 mil geradores e 400 comercializados atuando para oferecer uma alternativa de fornecimento de energia em relação às concessionárias, como a Enel Ceará, em todo o Brasil. No entanto, apenas as grandes empresas podem recorrer ao mercado livre de energia para ter um fornecedor privado.

A regra atual impõe que apenas pessoas jurídicas com consumo acima de 1.500 quilowatts (kW) podem acessar esse mercado. O processo funciona como uma negociação para fechar contrato com um fornecedor de insumos.

A empresa vai ao mercado livre de energia, entra em contato com um comercializador – agente responsável por montar um plano claro de fornecimento de energia baseado a oferta sazonal – e então negocia um contrato que leva em consideração um período e uma quantidade de energia elétrica específica. Após o fim do contrato, se for desejado, a empresa pode voltar ao fornecimento público pela concessionária.

PROJETO EM DISCUSSÃO



Governo de SP editará decreto que adia novas regras de ICMS no mercado livre

1 de setembro de 2021

Ludmylla Rocha, da Agência iNFRA

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo editará um novo decreto postergando os efeitos do Decreto 65.823, de 25 de junho de 2021, para o mercado livre de energia. O texto trata da responsabilidade de faturamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A legislação entraria em vigor hoje (1°), mas será postergada depois que a Abraceel (Associação Brasileira de Comercializadores de Energia) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo levantaram dúvidas sobre sua aplicação. Segundo Reginaldo Medeiros, presidente-executivo da Abraceel, o novo decreto com o adiamento deve sair ao longo desta semana, "provavelmente amanhã [hoje]".

As duas instituições defendem que a medida só passe a vigorar em 2022. A pasta afirma não ter decidido ainda a data, mas confirmou o diferimento. "O adiamento da vigência do novo modelo visa proporcionar um prazo maior para as empresas do setor efetuarem as modificações necessárias em seus sistemas". argumentou.

Já a OAB São Paulo argumentou em nota técnica da Subcomissão de Tributação & Energia, vinculada à Comissão Especial de Direito Tributário, à qual a **Agência iNFRA** teve acesso, que a vigência deve ser adiada para que seja respeitada decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

"O próprio STF já definiu que as regras para mudança do ICMS-ST devem observar o princípio da anterioridade geral e nonagesimal (90 dias). Recentemente, o entendimento foi manifestado pela Corte, no julgamento das ADIs 6144 e 6624, ajuizadas para questionar a mudança das regras de cobrança de ICMS, nas operações de energia elétrica, no Estado do Amazonas", relatou.



o benefício econômico do consumidor é pequeno. Faz-se necessárias outras vantagens.

Pesquisas recentes, divulgadas no início de agosto pela Abraceel, mostram que 81% dos consumidores gostariam de escolher seus fornecedores de energia.

Cinco medidas contribuiriam para atender a esses anseios, elevando a eficiência do setor energético no país:

A instalação desses equipamentos nos clientes de baixa tensão deve ser tratada como uma emergência. Os desafios de importação, fabricação, instalação, tributação etc, precisam ser encarados com um 'amplo plano de guerra'.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Separação entre os serviços de rede e o fornecimento de energia

Toda vez que se fala em reduzir consumo, as distribuidoras entram em pânico e com razão: cerca de 60% dos investimentos realizados são recuperados de forma proporcional ao consumo de baixa tensão. Se há incentivos à redução, há perda de remuneração. Como superar este impasse?

Uma das formas é rever a estrutura tarifária, vigente desde 1970. As distribuidoras hoje possuem dois negócios: constroem a rede elétrica que conecta os consumidores, e comercializam energia de forma regulada pela

FOLHA DE S.PAULO

Para o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, é "fundamental a liderança do Ministério de Minas e Energia e da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]", disse Medeiros.

"Temos mais de 30 associações do setor. É legítima a defesa dos interesses, mas os interesses estão representados pela manutenção do privilégio. Muitos fogem do central, que é a reforma do modelo de energia elétrica. A conclusão do que muitos pregam aqui [na audiência pública] é [a defesa de] maiores subsídios, mais custos para os consumidores e uma tarifa mais elevada."

O projeto determina que consumidores de cargas superiores a 3.000 kW (quilowatts) de energia poderão escolher o fornecedor. Em um prazo de 42 meses após a sanção da futura lei, todos os demais consumidores poderão optar pelo mercado livre.

O texto impõe regras para a redução de subsídios que, em 2020, consumiram R\$ 22 bilhões. Para incentivo a <u>fontes alternativas de</u> energia (solar, eólica, termelétricas, biomassa e pequenas centrais



OBRIGADO!







Cintia Beck cintia.beck@approach.com.br (11) 96329-3499

Hannah Drumond hannah.drumond@approach.com.br (11) 99101-2053